

# Piso salarial é aprovado

## E direito trabalhista não prescreverá mais

### Reforma agrária é negociada

Um dos temas mais polêmicos da Constituinte — a reforma agrária — poderá surpreender os constituintes que votam o substitutivo do relator Bernardo Cabral na Sistematização. Nuña articulação com políticos conservadores, representantes dos produtores rurais (UDR), os constituintes progressistas já começaram a "costurar" um acordo preliminar. O deputado Roberto Freire (PCB-PE) apresentou emenda para suprimir do texto de Cabral a imissão imediata de posse em troca da garantia de que as indenizações das terras desapropriadas serão pagas, exclusivamente, em Títulos da Dívida Agrária (TDA).

A emenda de Freire, nº ES 33598-7 propõe a supressão dos artigos referentes à imissão de posse do imóvel rural desapropriado sob a justificativa de que a boa técnica legislativa não se coaduna com um texto constitucional que estabelece procedimentos processuais. Na defesa de sua emenda, o deputado Roberto Freire afirmou que o texto do relator é um retrocesso em relação à legislação em vigor — o Estatuto da Terra — que determina um prazo máximo de 48 horas para a imissão. Segundo a última versão do substitutivo de Cabral, o juiz terá até 90 dias para se pronunciar sobre a desapropriação. Se não o fizer, a imissão se operará automaticamente.

Reunidos ontem, durante todo o dia, na sede da Organização das Cooperativas do Brasil, em Brasília, as principais entidades representativas dos produtores rurais (Ronaldo Caiado, da UDR; Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Brasileira Rural; Roberto Rodrigues, da Organização das Cooperativas do Brasil; Ary Marimom, presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul; Flávio Brito, da Confederação Nacional da Agricultura; Fábio Meireles, da Federação de Agricultura de São Paulo) prepararam um esboço de proposta de reforma agrária.

Ná segunda-feira, pela manhã, os representantes rurais terão uma reunião de trabalho com os coordenadores dos grupos dos 32, senador José Richa (PMDB-PR), do Consenso, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), além do senador Virgílio Távora (PDS-CE) e do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). O objetivo é aprofundar as negociações na tentativa de "costurar" um acordo com os constituintes progressistas.

### Emendas do PDT e do PT são derrotadas

A tentativa de modificar o inciso XXIII do artigo 6º do substitutivo de Bernardo Cabral — que começou a ser votado terça-feira e ontem foi aprovado sem alterações — não contou com o apoio do PFL, PDS, PL, PTB e PMB, e do PMDB só teve votos favoráveis dos progressistas. As duas emendas apreciadas ontem, dos deputados Olivio Dutra (PT-RS) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), foram derrotadas por 40 votos contra 23 e 51 contra 27, respectivamente. As duas emendas garantiam a participação do trabalhador no processo político de decisão de adoção de novas tecnologias e da automação.

"O que interessa ao trabalhador não é a participação nos resultados, nas vantagens tiradas da adoção de modernos equipamentos", assegurou ao plenário da Sistematização o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), ao defender a emenda de Caó. Tanto esta quanto a emenda de Olivio Dutra, tinham como proposta o acompanhamento do trabalhador no processo de decisão de adoção de novas tecnologias. O objetivo das matérias era garantir o emprego diante da implantação de equipamentos modernos e da automação. A emenda de Caó ampliava a participação das organizações de trabalhadores nos processos decisórios relativos ao reaproveitamento de mão-de-obra e aos programas de reciclagem prestados pela empresa, sempre que introduzida nova tecnologia no meio de produção.

O trabalhador agora pode reivindicar, nos dois anos que se seguirem à sua demissão, os direitos referentes a todo o período em que trabalhou. De acordo com a legislação atual, o empregado só tem os direitos relativos aos últimos dois anos de trabalho, prescrevendo os demais após esse prazo. A modificação foi incluída no substitutivo de Cabral através de emenda do deputado Paulo Paim (PT-RS), aprovada por 51 votos a 27, com parecer favorável do relator-adjunto, senador José Fogaça (PMDB-RS).

O deputado Paulo Paim conseguiu a aprovação de uma outra emenda sua, que fixa piso salarial "proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado". A emenda de Paim, rapidamente defendida pelos deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Paulo Ramos (PMDB-RJ), recebeu 54 votos favoráveis contra 36.

As outras duas modificações aprovadas nas seis horas de sessão de ontem foram sugeridas pelo deputado Konder Reis (PDS-SC) e pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Konder Reis conseguiu a garantia de igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e os avulsos.

A aprovação da proposta, por 48 votos a 30, só aconteceu porque Konder Reis explicou, em

resposta à argumentação contrária do senador Nelson Carneiro, as diferenças entre trabalhador autônomo e avulso. O avulso, segundo Konder Reis, é aquele que mantém vínculo empregatício através do sindicato, e engloba especialmente a categoria dos estivadores e feirantes.

O senador Nelson Carneiro conseguiu a inclusão da proibição de diferença de salário e critérios de admissão por motivos de sexo, cor e estado civil. Foi a aprovação mais tranquila do dia: mesmo sem encaminhamentos a favor ou contra, a emenda recebeu 59 votos favoráveis a 25, corrigindo o que Carneiro chamou de "esquecimento" de Cabral. O senador lembrou que este dispositivo consta na atual Constituição e já é regulamentado por duas leis ordinárias.

Embora não tenha sido concluído o exame do artigo 6º, iniciado na semana passada, a sessão foi uma das mais ágeis já realizadas. Além dos incisos XXIV, XXV e do parágrafo 1º do artigo, a Sistematização examinou uma lista de 55 emendas para serem como novos incisos "onde couber".

A proeza só foi possível porque os autores das emendas aderiram em peso à reivindicação geral para a retirada da maior parte dos destaques. "É uma tarde realmente extraordinária. É a retirada da Laguna", brincou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), depois de anunciar a retirada de quase trinta emendas seguidas.

De muito bom humor, Fernando Henrique arrancou risos do plenário por mais de uma vez. Ao anunciar um destaque apresentado pelo deputado Francisco Kuster (PMDB-SC), ausente, Fernando Henrique emendou: "Francisco Kuster, prejudicado".

Ao assumir a presidência da Mesa em substituição ao líder do PMDB, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) manteve a mesma linha ágil bem-humorada. Durante o encaminhamento de uma emenda apresentada pelo deputado Joaquim Góes (PMDB-BA), o deputado Mário Lima (PMDB-BA), que havia acabado de inscrever-se para falar contra a proposta, tentou desistir na última hora, dizendo que não estava inscrito.

Foi dissuadido por um irônico comentário de Passarinho: "Estranha situação. Uma pessoa vestida como Vossa Excelência, com a mesma fisionomia e os mesmos olhos subiu aqui agora mesmo e inscreveu-se para falar contra a emenda". Sem argumentos, só restou a Mário Lima subir à tribuna e fazer o encaminhamento.

Ritmo lento, o deputado José Maurício (PDT) cochila

EUGENIO NOVAS



Ritmo lento, o deputado José Maurício (PDT) cochila

## Cabral procura acelerar ritmo

Os 7500 pedidos de destaque ainda não apreciados pela Comissão de Sistematização podem ser reduzidos a 206, se a Mesa da Sistematização, reunida hoje com as lideranças dos 12 partidos na Assembleia Nacional Constituinte, decidir aprovar a proposta do relator Bernardo Cabral, de rejeição em bloco dos destaques apresentados ao seu segundo substitutivo. Ontem mesmo, após ser anunciada a sugestão do relator, as opiniões dos constituintes dividiam o plenário, embora todos concordem em acelerar os trabalhos da Comissão.

Acelerar mas não atropelar! Esta virou quase uma palavra de ordem entre os progressistas, assim que Bernardo Cabral anunciou à Comissão sua proposta. Para ele, não deve mais haver prorrogação dos trabalhos da Sistematização, "senão, tudo começa a desmoronar". Foi para evitar que o prazo de votação seja novamente prorrogado, ou que uma forma drástica de reduzir este processo aconteça, que o relator resolveu apresentar este documento, assinado ainda por três relatores-adjuntos, senador José Fogaça e deputados Adolfo Oliveira e Konder Reis.

"Pelo menos agora a Comissão terá um documento para se debruçar", ressaltou Cabral, lembrando que a retirada de destaques é uma prática que já vinha sendo adotada pelas lideranças, em cumprimento a um acordo informal entre os partidos e a Mesa da Comissão. Se estas partes resolverem aprovar a proposta do relator, ficam ressaltadas 206 emendas ou destaques preferenciais a serem indicados pelas lideranças e suas bancadas. Aos partidos com mais de 50 constituintes, caberão dois destaques por representante na Comissão; aos que tiverem menos de 50,3 destaques.

O PMDB e o PFL, com mais de 50 constituintes, teriam direito a dar preferência a 98 e 48 pedidos de destaque, respectivamente. Os demais, todos com uma bancada menor que 50, teriam os seguintes números de destaques: PDS, 18; PDT e

PTB, 9; PT, 6; PL, PDC, PC do B, PCB, PSB e PMB, 3. Todas as proposições incluídas entre os destaques rejeitados em bloco pela Sistematização seriam ainda examinadas pelo relator, desde que sejam destacadas durante a votação do Projeto de Constituição no plenário da Constituinte.

O PDT não aceita a ideia apresentada por Bernardo Cabral e pode ser prejudicado com a proposta, na opinião do deputado Luiz Salomão (PDT/RJ). Para ele, foi o PMDB que sobrecarregou a pauta dos trabalhos, apresentando 6 mil dos 8 mil pedidos de destaque. "Então que se comece a redução por aí", afirmou. Também o vice-líder do PT, deputado Plínio Sampaio (SP) acha que esta sugestão é perigosa, por representar uma redução automática. Como todos os constituintes, o deputado petista é a favor da aceleração dos trabalhos, mas sem atropelos. O deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) concorda que se deve dar um corte drástico no número de destaques, "mas assim não aceitamos", diz.

O líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE) acha que a preocupação de Cabral é "corretíssima" e corresponde à preocupação de todos. Considera, no entanto, que a proposta apresentada deve ser discutida, para se chegar a uma forma que agilize os trabalhos da Sistematização sem atropelar o processo. A mesma opinião tem o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), integrante do Movimento Unidade Progressista, que se considera uma "autoridade" em questão de retirada de destaques. O MUP já retirou cerca de 700 pedidos de destaque e ele acha que "agora não dá mais".

O PFL, segundo afirmação de seu vice-líder Alcenio Guerra (PR), apóia a proposta de Bernardo Cabral. O PDS decidiu analisar a sugestão do relator ontem à noite, depois da reunião da Comissão. O senador Jarbas Passarinho, líder do PDS no Senado, acha no entanto que a única forma de agilizar realmente os trabalhos seria a retirada maciça dos destaques.

## Votação lenta dá sono

A Comissão de Sistematização chegou ontem ao seu 24º dia de votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral e ainda não acabou a apreciação e votação das emendas destacadas ao artigo 6º. Há dias de muita polêmica, em que os ânimos se alteram e não há quem consiga ficar alheio às articulações dentro do plenário. Outros dias, no entanto, dá até para dormir entre uma chamada nominal e outra, e mesmo os mais ativos constituintes da Sistematização não estão isentos desta "fraque-

za", como aconteceu na reunião de ontem com o deputado José Maurício, do PDT.

O presidente em exercício da Mesa, deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), já havia anunciado os primeiros dados estatísticos sobre o trabalho da Sistematização: de 24 de setembro a 10 de outubro, em 21 reuniões, 121 votações já foram realizadas. 38 destaques aprovados; 69 rejeitados, 7 prejudicados por falta de quorum, 342 prejudicados por ausência de seus autores e 358 retirados.

## 40 assinam contra a prorrogação

Desde ontem os constituintes estão sendo procurados para assinar um "abaixo-assinado" proibindo nova prorrogação de prazo para as votações pela Comissão de Sistematização. O documento, cuja paternidade seria do Partido Liberal (PL), de acordo com as opiniões de importantes líderes do PMDB, já conta com mais de 40 assinaturas dentre os 97 integrantes da Sistematização.

Segundo o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), também signatário do abaixo-assinado, os trabalhos de votação pela Sistematização não podem continuar sendo processados da forma lenta como vem ocorrendo. A estimativa dos deputados é que não se alterando a maneira de votação das emendas de destaque, serão necessários ainda 400 dias para o término desses trabalhos. Com isso, a nova Constituição seria promulgada somente em 89.

O deputado Gilson Machado (PFL-PE) também apóia a realização das votações na Comissão de Sistematização. Abandonou que todo o País, inclusive o Governo, está à espera de uma definição da Constituinte. Os projetos de lei enviados pelo Executivo vêm sendo acumulados sem expectativa de votação. Dentre eles, o orçamento da União que deverá chegar ao Congresso nas próximas semanas.

As articulações políticas contra os trabalhos da Sistematização têm vários adeptos. O líder do PL, deputado Alvaro Valle, tem cobrado da Mesa da Sistematização a votação de seu projeto de resolução nº 16, propondo alteração no Regimento Interno da Constituinte. Ele quer que as normas regimentais abram possibilidade para a apresentação de um substitutivo parcial ou total, facilitando o processo de feitura da Nova Carta. Segundo o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), o projeto não foi votado porque a Mesa não quer "esconder alguma gaveta", denunciou Afif.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), vice-presidente da Mesa da Sistematização, não concorda com a proposta de resolução do constituinte do PL. "So serve para tudo multuar".

Mas a proposta feita pelo relator Bernardo Cabral, reduzindo o para 206 as emendas de destaque a serem votadas pela Sistematização, também foi duramente criticada pelos constituintes. Há quem acredite que a sugestão de Cabral tem um interesse específico: iniciar a votação do sistema de governo quando o Executivo vive momentos de crise interna, facilitando, assim, a aprovação do regime parlamentarista.

## Calmon propõe as sessões no mesmo dia

A Comissão de Sistematização se reúne de manhã para debate e votação de cada item e à tarde reúne-se o plenário da Constituinte para proceder sua missão de exame e decisão final do texto constitucional. Essa é a proposta do senador João Calmon, que está preocupado com o ritmo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

"Menos pressionados pelo tempo poderíamos corresponder da melhor maneira possível à esperança depositada pelo povo", diz o senador acrescentando que se calculou serem necessárias a votação e a aprovação de dezessete artigos do projeto de Constituição, por dia, para que se conseguisse completar a apreciação de todo o novo texto. "Isso é impossível", afirma Calmon.

João Calmon informa que na hipótese mais otimista, os trabalhos da nova Constituição terminariam entre fevereiro e abril. "Fevereiro se não houver paralisação dos trabalhos durante o carnaval e a Semana Santa, abril, se houver esta paralisação, previsível. Pela hipótese mais pessimista, porém, só teríamos a nova Carta em dezembro de 1988, daqui a um ano e dois meses portanto", advertiu o senador. Daí, segundo ele, a necessidade de se realizar sessões simultâneas da Sistematização e do plenário da Constituinte.

## ENTRADA DO PISO NA CONSTITUIÇÃO

Votação na Comissão de Sistematização

### SIM

- PMDB: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Artur da Távola, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Anna, Celso Dourado, Cristina Tavares, Egidio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Haroldo Sabóia, João Herrmann Neto, José Fogaça, José Geraldo, José Paulo Bisol, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobim, Nilton Friedrich, Nilton Gibson, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Raimundo Bezerra, Renato Vianna, Rodrigues Palma, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Antônio Mariz, José Carlos Grecco, José Tavares, Michel Temer.

- Nelson Wedekin, Octávio Elisio, Rose de Freitas, Ulzurico Pinto, Vicente Bogo, Vilson Souza.

- PFL: Alcenio Guerra, José Thomaz Nonó.

- PDT: José Maurício, Lysânias Maciel, Luiz Salomão.

- PTB: Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua.

- PT: Luis Ignácio Lula da Silva, Plínio de Arruda Sampaio.

- PC do B: Haroldo Lima.

- PCB: Roberto Freire.

- PSB: Jamil Haddad.

- PDC: José Maria Eymael.

### NÃO

- PMDB: Bernardo Cabral, Antônio Britto, João Calmon, José Ignácio Ferreira, Pimenta da Veiga, Virgildáσιο de Senna, Wilson Martins, Délio Braz, Euclides Scalco.
- PFL: Aloysio Chaves, Antônio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Christóvam Chiaradia, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Lins.
- José Santana de Vasconcelos, Luiz Eduardo, Paulo Pimentel, Sandra Cavalcanti, João Menezes, José Lourenço, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Izar, Gilson Machado, Edison Lobão.
- PDS: Antônio Carlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, José Luiz Maia, Adylson Motta, Bonifácio de Andrada.
- PL: Adolfo Oliveira.

## OS NOVOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

### COMO ERAM

XXIV — Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

XXV — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os respectivos profissionais.

§ 1º — A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

### COMO FICARAM

XXIV — Sem alteração.

XXV — Sem alteração.

XXVI — Proibição de diferença de salário e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor e estado civil.

XXVII — Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado.

XXVIII — Não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cessação.

XXIX — Igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício permanente e os trabalhador es avulsos.

§ 1º — Sem alteração.